

Ata da 3ª Reunião Ordinária do Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos

Ao vigésimo terceiro dia do mês de novembro de 2016, às 8h47, na sede do Ministério Público Federal, o Procurador de Justiça e Coordenador Adjunto do Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, Dr. Álvaro Manzano, após a confirmação do quorum (conforme lista de presença contida no Anexo I), deu início à terceira Reunião Ordinária do Fórum. Em seguida, deu boas vindas e agradeceu a presença de todos. Posteriormente, foi lida a pauta da reunião: 1- abertura e boas vindas; 2- análise e aprovação da Ata da 2ª Reunião Ordinária; 3- informes da Coordenação; 4- palavra livre; 5- apresentação das Comissões Temáticas 1,2 e 3 sobre as ações realizadas do Plano de Trabalho, biênio 2016-2017; 6- recebimento de proposta de ação para o dia 3 de dezembro, Dia Mundial de Luta contra o Agrotóxico; 7- apresentação do Ruraltins sobre o Projeto de Agroecologia em andamento; 8- encerramento. Colocada em apreciação, a Ata da 2ª Reunião Ordinária foi aprovada à unanimidade pelo plenário. Nos informes da coordenação, foi relatado que o Fórum do Tocantins já enviou os ofícios solicitando informações às diversas instituições, conforme definido no Plano de Trabalho. Os principais ofícios foram lidos para que os membros do Fórum tivessem ciência do conteúdo. Na palavra livre, a Sesau informou sobre a Resolução da Comissão Intergestores Bipartite/CIB-TO nº139/2016, de 19 de outubro de 2016 contendo a manifestação contra a pulverização aérea urbana para o combate ao aedes aegypti. A Resolução acata o manifesto contrário da Sesau, via Superintendência de Vigilância, Promoção e Proteção à Saúde, sobre a pulverização aérea em zona urbana de agrotóxicos já que a medida só vai causar mal a saúde e ao meio ambiente. O representante da Semus, Cláudio Flatin, diz que a pulverização não mata todos os mosquitos, mas atinge todos nós. Dr. Álvaro Manzano complementa que o próprio “fumacê” não tem eficácia e já causava alergia em muita gente. A palavra foi repassada para a representante da Sesau, Crislaine Maria da Silva Bastos, que falou sobre os dados do Programa PARA da Anvisa. O representante do Naturatins falou sobre incentivar a criação de normas para regulamentar o uso do agrotóxico via Conselho Estadual do Meio Ambiente (Coema) propondo a criação de uma Câmara Técnica sobre o assunto dentro do Coema. Foi informado pelo Naturatins que a equipe de educação ambiental do órgão fez uma oficina com a população rural e trabalhou com o tema agrotóxico. A equipe do Naturatins também conseguiu levar o tema agrotóxico para o protocolo do fogo, em que diversas entidades se comprometem a realizar algo em prol do meio ambiente. O órgão tem um recurso para produzir cartilha, produzir material sobre o tema e oficinas ambientais com produtores rurais, quilombolas, pescadores e pretende introduzir o tema agrotóxicos. Provavelmente deve convidar membros do fórum para trabalhar e ajudar na produção do material. Com relação às ações de diagnóstico de áreas contaminadas por agrotóxicos, a ação será colocar um mapa temático para disponibilizar no site para mostrar os principais culturas e agrotóxicos utilizadas. O Naturatins pretende organizar um evento no dia 2 de dezembro, véspera do Dia Internacional de Luta Contra os Agrotóxicos, com a presença de professores da UFT e ADAPEC para ouvir sobre agrotóxico e como ele influencia nossas vidas. O representante da Secretaria Municipal de Saúde, Cláudio Flatin, disse que farão um trabalho, no dia 2 de dezembro, na área rural, em Buritirana, com os produtores sobre Agrotóxico. A Sesau vai organizar palestras, no auditório do térreo do anexo 1 da Saúde, às 14h30. A professora Conceição da ULBRA informou que no dia 1 e 2, receberão alunos de duas escolas para falar sobre produção sustentável, agricultura orgânica, alimentos saudáveis. Terá também participação dos acadêmicos. A professora solicita que o Fórum também fale sobre a produção sem agrotóxicos, prática que as comunidades rurais praticavam e que em algum momento se perdeu. O Fórum deve mostrar as várias experiências no Brasil que usam a agricultura

sem agrotóxico e se disse aberta a contribuir sobre esse trabalho que é o de falar sobre a produção orgânica e não só sobre agrotóxico. O representante da Adapec e relator da Comissão Temática 1, Alex Arruda Farias, apresentou os dados do trabalho da Comissão 1 e falou sobre os prejuízos que a greve dos servidores trouxe para o andamento dos trabalhos da Comissão. Na ação referente à realização de fiscalização trabalhista no âmbito rural disse que enviou ofício ao Ministério do Trabalho para que houvesse uma fiscalização conjunta com foco na saúde e segurança do trabalhador. Com relação a ação de fiscalização e monitoramento do índice de agrotóxico no Ribeirão São João em Porto Nacional, informou que será preciso o envolvimento do Naturatins para a análise de água e articulação. A Adapec fez um mapa e constatou a presença de lavoura no entorno do Ribeirão. Já a realização de fiscalização no São João não foi possível devido a greve. Alex solicitou que o setor de inteligência do Ministério Público atue no levantamento de contrabando de agrotóxico. A Adapec pretende incentivar ações de fiscalização-monitoramento trimestral- encaminhar os dados para o Fórum com meta de 1.242 fiscalização por ano. Com relação a ação de monitoramento da aviação civil, será preciso montar uma comissão para construir estratégia para concluir a ação. Já com relação à fiscalização de estabelecimentos agropecuários será feita visita às lojas, temos 390 cadastradas e dessas 108 comercializam agrotóxicos no Estado. Precisamos também levantar informações sobre os laboratórios existentes no Estado e que fazem análise sobre presença de agrotóxicos em alimentos e água. Informou também que no Enfisa discutiu-se sobre a venda direta, e a instrução normativa para tratar esse assunto. O Estado de Rondônia pede para a indústria repassar informação sobre a venda direta e a comercialização entre estados. O representante da Adapec também falou sobre o sistema WEB, disse que o Sidago- Goiás registra e monitora a atividade agropecuária em Goiás. Possui vários níveis de acesso, o produtor tem que se cadastrar no sistema, precisa da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) para emitir receitas, tem acesso para o nível de fiscal e nível de administrador. Precisa cadastrar o número da receita, produto, nome do responsável técnico, município, com base no receituário agrônomo, vinculada a uma nota fiscal. Filtrar pelo município, responsável técnico, produto, princípio ativo. É preciso emitir a receita dentro do sistema e explicitar o período de carência. Deve também ter o dado da loja onde comprou, se não comprou a receita é cancelada. Tem que ter o outro módulo da casa agropecuária para confirmar com o estabelecimento comercial, com confrontamento de dados. Quanto a prazo para a implantação no Tocantins será preciso ainda conversar com o departamento de TI da Adapec. A representante da Sesau relatou sobre os trabalhos da Comissão 2. A Comissão irá solicitar os planos de trabalho das diversas entidades para verificar as ações que envolvem o tema agrotóxico. Vai também solicitar informações sobre a saúde humana no Tocantins, aguardando o retorno e vai articular para que o Ministério Público emita recomendação aos municípios para que atendam a notificação de intoxicação exógena e também ao Conselho dos Médicos para que incentivem seus profissionais a preencher as notificações. Com relação à agroecologia, o representante do Ruraltins, Delmácio Antunes, fez uma apresentação informando que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) financiou R\$7 milhões de reais para atender 1.200 famílias no Tocantins. O trabalho já iniciou. A execução está prejudicada porque o Ruraltins deve executar primeiro e depois pedir o ressarcimento. No entanto, não possui dinheiro para isso. Foi realizada reunião com os agricultores, feito o diagnóstico, reunindo um grupo de agricultores em cada município. Nós estamos executamos aos poucos, mas estamos com 110 dias parados devido a greve. Temos dificuldades para executar. Nesse primeiro momento fazemos mais é o trabalho de escritório. Temos alguns valores executados, fizemos atividades e não recebemos. Delmácio afirma que vai surtir um ótimo efeito, para incentivar o produtor a mudar a forma de produzir, introduzindo técnicas sem agrotóxicos. Serão realizados dias de campo, demonstrações técnicas. Haverá linha de crédito via banco Pronaf, para a agricultura

familiar. Terá a construção do conhecimento, desafio do técnico e das famílias de produtores rurais. Principais dificuldade é oferecer a alimentação para o produtor nos dias de reunião de campo, não é em uma safra que vai mudar essa atividade. 2017- 400 visitas técnicas, 16 dias de campo, 12 intercâmbios. Parceria está aberta. Porto Nacional está incluída na chamada. Projeto São João está inserido, cadastrando produtores no São João. Temos que descobrir produtores que estão fazendo atividades a frente da gente. Tem muito técnico que não acredita muito na agroecologia. O projeto atende 26 municípios no Estado. Arlete Ribeiro do Caoma, informou que a Semarh tem um convênio com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) para trabalhar educação ambiental rural e solicita que o Fórum peça informações para a Semarh sobre esse convênio. Marli Santos do Caoma fez a relatoria das ações da Comissão 3, em função de que a relatora escolhida, a UFT, não ter participado de nenhuma reunião da Comissão. Depois dos informes, foi escolhida a representante da Semarh, Maria Gorett Braga, como relatora da Comissão 3. O representante do MAPA fez questão de falar que é muito difícil monitorar a pulverização aérea, disse que o maior fluxo ocorre na várzea na região de Lagoa da Confusão e Formoso do Araguaia. Nada mais havendo a ser tratado, a 3^a Reunião Ordinária foi encerrada, às 10h50 minutos, cuja ATA foi por mim, Marli Teresinha dos Santos, analista ministerial especializada do Ministério Público do Estado, redigida e assinada.